

CONCORRÊNCIA nº 90004/2026

CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 985.865)

MUNICÍPIO DE NITERÓI, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração do PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (PMRR), na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.912.806,04 (seis milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e seis reais e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05/05/2026 às 11:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço.

MODO DE DISPUTA:

Fechado.

EDITAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 9900077083/2024)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL De PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, sediado na Rua Coronel Gomes Machado, nº258, Centro, Niterói/RJ, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Niterói (PMRR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante apresentar proposta para todos os serviços nele especificados.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. No presente certame não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência do art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza do objeto licitado, que é indivisível e demanda execução de forma integrada.
- 2.6. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação
 - 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.10. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;
 - 2.7.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

- 2.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.1.1 deste Edital.

- 4.4. Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.
- 4.5. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata o item 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.12.1.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:
- 5.1.1. Metodologia detalhada;
 - 5.1.2. Cronograma físico-financeiro
 - 5.1.3. Equipe técnica indicada, com currículos resumidos;
 - 5.1.4. Experiência prévia (atestados ou contratos) em elaboração de PMRR ou estudos correlatos de análise de risco socioambiental participativo;
 - 5.1.5. Declaração de que os preços apresentados contemplam todos os custos necessários à execução do objeto.
- 5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.2.1. Valor unitário e valor total (global) do item, conforme previsto neste Edital de Concorrência Técnica e Preço.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.10. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. A Comissão Técnica responsável pela análise, atribuição das notas aos quesitos de natureza qualitativa e condução desta fase do certame será designada por meio de Portaria específica, a ser publicada oportunamente, passando tal designação a integrar o presente edital para todos os fins.
- 6.3. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
- 6.3.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.3 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação, via sistema.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 6.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.6. O Agente de Contratação verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.6.1. SICAF;
- 6.6.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 6.7. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 6.7.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.8. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.8.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.8.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.9. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 6.11. Serão desclassificadas as propostas que:
 - 6.11.1. contiverem vícios insanáveis;
 - 6.11.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 6.11.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.11.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 6.13. A Proposta Técnica deverá ser apresentada:
 - a) Em arquivo eletrônico no formato PDF ou similar;
 - b) Em português, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente ou documentos redigidos em língua estrangeira, devidamente traduzidos e certificados;
 - c) Em documento timbrado da licitante (exceto os documentos emitidos por outros órgãos ou empresas);
 - d) Com numeração sequencial de páginas, contendo página de finalização com data, assinatura de quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, claramente identificado, contendo o nome completo do licitante, CNPJ, endereço e telefone, endereço eletrônico da licitante e do responsável.

- 6.14. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, pela Comissão Técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo VIII deste edital.
- 6.15. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela Comissão Técnica.
- 6.16. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de técnica e preço, atribuindo-se peso de 70% (setenta por cento) à proposta técnica e 30% (trinta por cento) à proposta de preço.:
- 6.17. Fórmula da Nota Final (NF):
- $$NF = (0,7 \times NT) + (0,3 \times NP)$$
- NT = Nota Técnica atribuída (0 a 100 pontos).
- NP = Nota de Preço, calculada como: $NP = 100 \times (\text{menor preço proposto} / \text{preço do licitante})$.
- 6.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 6.19. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.20. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 6.20.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.20.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.23.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.23.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.25. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (\text{menor preço proposto} / \text{preço do licitante})$$

6.26. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (0,7 \times NT) + (03 \times NP),$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

6.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.3 e 6.3.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.28. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.28.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.28.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.28.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.28.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.28.2.2. empresas brasileiras;

6.28.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

6.29. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.30. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

- 6.30.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.30.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.31. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.
- 6.33. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato de cópia autenticada digitalmente ou por meio de cópias simples, declarando o licitante, sob as penas da lei, a autenticidade e a veracidade de todas as informações e documentos por ele transmitidos.

- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de

habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 horas, para:

- 7.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 7.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias

úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.compras.gov.br>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 10.1.5. fraudar a licitação
 - 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3.1, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 e 10.1.3.1 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 e 10.1.3.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: copli@administracao.niteroi.rj.gov.br.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

- 12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 12.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.
- 12.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 12.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.
- 12.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 11.4.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://niteroi.rj.gov.br/licitacao-sma>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 13.11.2. ANEXO II – Termo de Contrato;
- 13.11.3. ANEXO III – Declaração de Sigilo;
- 13.11.4. ANEXO IV – Proposta de Preços;
- 13.11.5. ANEXO V – Declaração de ciência do Termo de Manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes;
- 13.11.6. ANEXO VI – Ordem de serviço;
- 13.11.7. ANEXO VII – Instrumento De Medição De Resultado – IMR;
- 13.11.8. ANEXO VIII – Critério de Pontuação.

Niterói, 05 de março de 2026.

Walace Medeiros Barbosa

Secretário Municipal De Proteção e Defesa Civil

Matrícula: 1.247.556-0

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

(Processo Administrativo nº 9900077083/2024)

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Niterói, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

I T E M	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. O Plano Municipal de Redução de Riscos do Município deverá compreender os Seguintes Produtos; Mapeamento das áreas de risco de escorregamentos e movimentos gravitacionais de massa do município, setorizando e classificando os setores de risco previstas em BRASIL, 2007; Mapeamento das áreas de risco de inundações no município, setorizando e classificando os Setores de risco delimitados de acordo com as classes de risco previstas em BRASIL, 2007; Proposição de intervenções estruturais de redução de riscos, apresentando a proposição de Obras de mitigação de riscos aos processos geodinâmicos mapeados em cada área de Risco. - Estimativa de custos e priorização das intervenções estruturais para as obras de mitigação para os processos de escorregamentos; Proposição de intervenções não estruturais de redução de riscos, compreendendo as ações que não empregam construções físicas e que aplicam o conhecimento, as práticas e	Grupo 831 Serv 94	Subfases	24	1° - R\$ 207.385,80 2° - R\$ 207.385,80 3° - R\$ 291.067,79 4° - R\$ 291.067,79 5° - R\$ 291.067,79 6° - R\$ 291.067,79 7° - R\$ 291.067,79 8° - R\$ 291.067,79 9° - R\$ 291.067,79 10° - R\$ 291.067,79 11° - R\$ 291.067,79 12° - R\$ 291.067,79 13° - R\$ 291.067,79 14° R\$ 291.067,79 15° - R\$ 291.067,79 16° - R\$ 291.067,79 17° - R\$ 291.067,79 18° - R\$ 291.067,79 19° R\$ 291.067,79 20° - R\$ 291.067,79 21° - R\$ 291.067,84	R\$ 6.912.806,04 (seis milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e seis reais e quatro centavos).

os acordos existentes para reduzir o risco e seus impactos, especialmente através de políticas e leis, de maior conscientização pública, de capacitação e de educação (UNISRD, 2009); análise da área de influência das intervenções estruturais, indicadas pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras.				22° - R\$ 322.600,14	
				23° - R\$ 322.600,14	
				24° - R\$ 322.600,13	

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os serviços objeto desta contratação não serão parcelados, tendo em vista o objeto deste Termo de Referência será executado de forma integral e indivisível, em razão da natureza técnica especializada e continuada do serviço de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), cuja execução requer coerência metodológica, integração entre etapas e uniformidade de critérios técnicos, não sendo viável ou recomendável seu parcelamento.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, sendo válido apresentar no presente documento as especificações do serviço.

3.2. Das Áreas

3.2.1. Quanto ao Risco a Movimentos Gravitacionais de Massa as áreas do município de Niterói que serão mapeadas, correspondem aos segmentos do município onde se observa a reincidência de deflagração de processos de deslizamentos ao longo dos anos, através do monitoramento da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com base na

consulta ao banco de dados de atendimentos a ocorrências e vistorias preventivas registradas no Sistema de Informação da Defesa Civil (SIDEDEC), armazenadas desde 2004, com dados de coordenadas geográficas disponíveis desde 2013 (WGS84).

3.2.2. Essas áreas se concentram em cerca de 117 comunidades desenvolvidas em encostas, identificadas pelo município através da plataforma SIGEO. A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, disponibilizará à contratada, arquivos digitais, contendo a identificação e delimitação destas áreas.

3.2.3. Quanto ao risco hidrológico, as áreas a serem mapeadas quanto inundações, correspondem às delimitações dos corpos hídricos e dos setores indicados pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil com base na consulta ao banco de dados de atendimentos a ocorrências e vistorias preventivas registradas no Sistema de Informação da Defesa Civil (SIDEDEC). Todo processo de escolha e priorização das áreas relacionadas será feito pela SMPDC.

3.2.4. Também será objeto de mapeamento os setores onde foram executadas, recentemente, obras de contenção e drenagem que estão sob o status “concluídas” e “em conclusão”, contratadas pela Prefeitura de Niterói (ANEXO1).

3.2.5. Quanto aos segmentos mapeados relacionados às obras de contenção/drenagem, será identificada e analisada a área de influência destas intervenções estruturais, bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às obras.

3.3. Do Mapeamento

3.3.1. O mapeamento das áreas deverá atender aos critérios e metodologia definidos pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil. Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

3.3.2. Caracterização do meio físico e do uso e ocupação do solo nas áreas de risco selecionadas, visando o entendimento dos processos desencadeadores de desastres; Mapeamento das situações de risco relacionadas a movimentos de massa e/ou inundações e processos correlatos, com delimitação dos setores de risco e indicação de moradias e número de pessoas ameaçadas; Indicação de alternativas para execução de intervenções estruturais visando o controle e redução dos riscos mapeados, com estimativa de custos e critérios de priorização.

3.4. Quanto ao Risco de Movimentos Gravitacionais de Massa:

3.4.1. O mapeamento de risco será executado por meio de investigações geológico-geotécnicas de superfície, buscando identificar condicionantes dos processos de instabilização, evidências de instabilidade e indícios do desenvolvimento de processos quanto a movimentos de massa; indícios de atingimento, evidências do raio de alcance do processo e a gravidade do processo que afeta os elementos sob risco de acordo com o que preconiza Ministério Das Cidades/ Instituto De Pesquisas Tecnológicas Do Estado De São Paulo – IPT.

3.4.2. O mapeamento de risco hidrológico contemplará a identificação e análise de áreas sujeitas a inundação do município de Niterói, onde serão avaliadas diversas

condicionantes geológicas, geotécnicas e hidrológicas importantes para a caracterização dos processos de inundação/alagamento: tipologia do canal, largura máxima, altura máxima da margem do canal, distância das moradias, assoreamento do canal, solapamentos de margens, intervenções, obstruções, dados históricos de evento de inundação (raio de alcance máximo, altura máxima de inundação, quantidade de chuva registrada). Também serão levantados aspectos específicos, tais como o padrão construtivo das habitações (madeira, alvenaria, misto), bem como, o estágio da ocupação atual, incluindo aspectos gerais sobre infraestrutura urbana implantada, tais como: condições das vias (pavimentada, terra, escadarias), sistemas de drenagem.

3.5. Quanto às atividades de trabalho de campo, serão adotados os procedimentos recomendados por Cerri et al. (2007):

3.5.1. Para a delimitação dos setores de risco, será atribuído, para cada setor, um grau de probabilidade de ocorrência de processo de instabilização (escorregamento de encostas ou solapamento de margens de córregos), considerando o período de um ano, com base nos critérios descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Graus de Risco Segundo Ministério das Cidades (2007)

Orientações gerais para classificação dos graus de risco a movimentos de massa, erosões, subsidência, solapamento ou colapso, movimentação de dunas, expansão e contração de argilas (Modificado de Ministério das Cidades & IPT, 2007)

GRAU DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
R1 Baixo	1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de BAIXA OU NENHUMA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos. 2. Não são observados sinais/feições/evidências de instabilidade. NÃO HÁ INDÍCIOS de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas e de margens de drenagens. 3. Mantidas as condições existentes, NÃO SE ESPERA a ocorrência de eventos destrutivos no período compreendido por uma estação chuvosa normal.
R2 Médio	1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de MÉDIA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos. 2. É observada a presença de sinais/feições/evidências de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipientes. Processo de instabilização EM ESTÁGIO INICIAL de desenvolvimento. 3. Mantidas as condições existentes, e REDUZIDA A POSSIBILIDADE de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.
R3 Alto	1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de ALTA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos. 2. Observa-se a presença significativa de sinais/feições/evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Processo de instabilização em PLENO DESENVOLVIMENTO, mas ainda sendo possível monitorar a evolução do processo. 3. Mantidas as condições existentes, é PERFEITAMENTE POSSÍVEL a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.
R4 Muito alto	1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de muito ALTA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos. 2. Os sinais/feições/evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de deslizamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação a margem de córregos, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número ou magnitude. Processo de instabilização em AVANÇADO ESTÁGIO de desenvolvimento. É a condição mais crítica, sendo impossível monitorar a evolução do processo, dado seu elevado estágio de desenvolvimento. 3. Mantidas as condições existentes, é MUITO PROVÁVEL a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.

3.5.2. Um setor de risco corresponderá um espaço definido dentro do assentamento sujeito a um determinado processo destrutivo potencial, cujas evidências ou indicadores predisponentes foram identificados em campo;

3.5.3. A representação de cada setor de risco identificado será em cópias de fotografias aéreas oblíquas de baixa altitude, imagens de satélite ou fotografias de solo, cuja escala permita a identificação das moradias existentes no setor;

3.5.4. Serão estimadas as consequências potenciais do processo de instabilização, por meio da avaliação das possíveis formas de desenvolvimento do processo destrutivo atuante (por exemplo, volumes mobilizados, trajetórias dos detritos, áreas de alcance, etc.);

3.5.5. Serão registrados os números de moradias ameaçadas (total ou parcialmente), em cada setor de risco;

3.5.6. Os resultados das investigações geológico-geotécnicas e das interpretações devem ser registrados em fichas (área de interesse e do setor).

3.5.7. O município será cartografado sob a perspectiva de risco muito alto, alto e médio de acidentes associados a movimentos gravitacionais de massa e inundações, a partir de uma análise qualitativa, segundo a metodologia supracitada.

3.5.8. Caberão aos setores de criticidade classificada como muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2) risco: a) a identificação do setor, b) análise do setor; c) delimitação do setor de risco; d) contabilização de moradias expostas ao risco; e) levantamento de dados de vulnerabilidade social; f) indicação de concepção de intervenções estruturais e estimativa dos custos necessários para as intervenções, bem como para a elaboração de seus projetos básicos e executivos; g) proposta de medidas não estruturais.

3.5.9. Os setores de criticidade classificados como Risco Baixo R1, não serão alvo de análise.

3.5.10. Quanto ao levantamento de dados de vulnerabilidade social, será executado nos setores classificados de risco muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2), e terá caráter orientativo. Este levantamento visa o repasse das informações para a Secretaria de Assistência Social, sendo eles:

3.5.10.1 Os dados sociais dos residentes das áreas de risco muito alto deverão compreender no mínimo: nome dos moradores, quantidade de moradores, informação acerca de PCD's, Idosos e crianças, bem como a quantidade e espécie de animais domésticos.

3.5.11. As avaliações das intervenções geotécnicas deverão levar em consideração os aspectos abordados nas normas vigentes.

3.5.12. O mapeamento para verificação da mitigação de risco deverá ser realizado

levando em consideração as características geomorfológicas das áreas e a abrangência das intervenções de estabilização e/ou obras de urbanização e drenagem realizadas. O mapeamento em questão deverá ser realizado utilizando-se da metodologia empregada na Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Niterói para Movimentos Gravitacionais de Massa, associada às análises das intervenções geotécnicas empregadas em cada setor.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente demanda, conforme justificativa abaixo:

4.1.2. No escopo desta contratação não foram identificados elementos que possam gerar impacto ambiental em sua execução.

4.1.3. Entretanto, a contratada deverá empregar, sempre que possível e no que couber para a correta execução do objeto, materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

Da participação de empresas sob a forma de consórcio

4.2. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que se trata de serviço técnico especializado que demanda conhecimento específico, domínio metodológico e capacidade operacional comprovada da empresa contratada, sendo essencial que a execução seja realizada diretamente por equipe qualificada e sob responsabilidade da própria contratada, a fim de garantir a coerência técnica, a integridade dos entregáveis e a adequada responsabilização contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Início dos serviços a partir da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

Primeira Fase - Corresponde a etapa de planejamento, e se refere ao período de compilação de dados e elaboração de elementos norteadores das atividades de campo e escritório:

5.2.1. Primeira Fase – Atividades - Nesta fase serão realizados levantamento de dados. Todas as informações técnicas acerca de deslizamentos, queda/tombamento/rolamento de blocos, além de enchentes e inundações referentes ao município de Niterói deverão ser analisados pela CONTRATADA, principalmente as que se referem aos mapeamentos pretéritos executados no município, sejam pela SMPDC ou por outros executores. Neste sentido, a SMPDC disponibilizará a CONTRATADA seu acervo de mapeamentos executados pela

própria SMPDC, bem como o inventário onde constam as ocorrências e solicitações que se relacionam movimentos gravitacionais de massa e inundações, e outros trabalhos técnicos pertinentes ao tema, desenvolvidos no município. Nesta fase a CONTRATADA deverá:

5.2.2. Elaborar “mapa síntese” onde deverão ser plotados todos os setores de risco identificados durante a execução dos levantamentos de dados, a fim de se verificar a concentração de pontos nas áreas de interesse, com intuito de subsidiar a elaboração do plano de trabalho. Neste mapa também deverão constar as intervenções/obras de contenção de encostas realizadas na cidade nos últimos ano.

5.2.3. Elaborar plano de trabalho detalhado onde deverá constar o cronograma de abordagem de todas as áreas de interesse presentes no mapa síntese.

5.2.4. Desenvolver modelos dos produtos que serão elaborados na segunda fase de execução do PMRR-Niterói, que deverão ser acordados com a SMPDC, entre eles: Carta de Risco a movimentos gravitacionais de massa e inundação/alagamento, “Espelhos de Risco” a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, “Espelhos de Risco” remanescentes das áreas previamente contempladas por medidas estruturais, ficha de campo (área de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico).

5.2.5. Criar um banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto – os dados que comporão a Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico, relatório técnico, fichas de campo, espelhos de risco, fotos de campo, fotos aéreas, imagens de sensoriamento remoto e delimitação dos polígonos de risco e as delimitações das indicações de intervenções estruturais em arquivos do tipo KML ou KMZ.

5.2.6. Desta forma, os produtos que deverão ser entregues na primeira fase da execução do PMRR-Niterói: Mapa síntese com a escala sugerida de 1:20 000 , ou outra que possibilite melhor visualização, com a distribuição espacial dos dados técnicos compilados, quanto às ocorrências de movimentos de massa, enchentes e/ou inundações, em formato digital e impresso, plano de trabalho detalhado em formato digital e impresso e os modelos dos produtos que serão elaborados na segunda fase de execução do PMRR- Niterói.

5.3. Segunda Fase - A segunda fase da execução do PMRR-NITERÓI se relaciona às atividades de campo e a entrega dos produtos que correspondem a execução do mapeamento. Nesta fase a CONTRATADA deverá:

- a) A CONTRATADA deverá realizar a pré-setorização que deverá ser delimitada em foto oblíqua ou imagens de satélite, que subsidiarão as atividades de campo. A CONTRATADA deverá obter fotos oblíquas e/ou ortofotos por meio de sobrevoo de veículo aéreo não tripulado (VANT) para os setores que serão vistoriados, quando houver necessidade. Para isto, deverá ser verificada a qualidade das imagens de satélite disponíveis no momento da análise.
- b) Realizar vistoria de campo nas áreas de interesse, de acordo com o plano de trabalho estabelecido na Primeira Fase de execução do PMRR-Niterói, com apoio das imagens de satélite, com roteiro previamente planejado e pré setorização delimitada, além da ficha de campo com informações diversas sobre aspectos físicos, urbano ambientais e sociais da área, impressa para orientação da investigação e lançamento das informações;
- c) avaliar em detalhe os setores de interesse, investigando fatores condicionantes do risco, a partir do meio físico, com destaque para as características morfológicas, hidrológicas, geológicas e geotécnicas, como grau de alteração do substrato, coesão do material desagregado, estrutura das rochas e suas condições de estabilidade, declividade, fluxos de águas superficiais, cobertura vegetal, sulcos erosivos e cicatrizes de movimentos de massa pretéritos, grau de saturação do solo, entre outros.
- d) observar as intervenções humanas na ocupação do setor que possam contribuir com a construção do risco (por exemplo: cortes e escavações, aterros, lançamentos de lixo, entulho, aterros, águas servidas, esgoto).
- e) Identificar alguma potencialidade de instabilidade ou de ruptura, especialmente por meio de evidências observáveis como trincas e rachaduras no solo ou nas edificações, degraus de abatimento, sulcos erosivos e cicatrizes de movimentos de massa, saturação do solo, inclinação de muros, postes, árvores, entre outros, buscando avaliar o estágio de evolução do processo (inicial, intermediário, avançado, crítico).
- f) compreender toda a área sujeita aos efeitos do processo destrutivo, englobando o

ponto de ruptura, a área de passagem ou deslocamento e a área de acumulação, depósito ou soterramento. Este será o setor de risco, que deve ser então delimitado na imagem oblíqua impressa.

g) identificar e caracterizar, se possível, indicadores observáveis de vulnerabilidade sociais, tais como: presença de moradores idosos, pessoas com deficiências e acamados.

h) evidências de fragilidade construtiva, de instabilidade estrutural ou de degradação significativa da edificação; acúmulo de lixo significativo no entorno da moradia; evidência clara de perigo ou impacto ou dano à moradia por ocorrência pretérita, sem que haja providência observável de reparo ou mitigação por parte do morador; desorganização espacial ou adensamento excessivo das edificações na área vistoriada, afetando fluxos de drenagem superficial; e lançamento desorganizado de águas servidas sobre taludes.

i) avaliar a situação para definir o grau de risco do setor. Para isso, utilizar os critérios indicados no Quadro 1.

j) indicar tipos de intervenções estruturais mais apropriados à solução e/ou minimização das atuais situações de risco, para cada setor avaliado, tendo como objetivo orientar a execução de um conjunto de obras e intervenções, a serem desenvolvidas a curto e médio prazo. Indicador do custo financeiro das obras indicadas.

l) Fazer levantamento de todas as edificações expostas ao risco; quando possível, contabilizar o total de pessoas sob risco por setor. As cartas deverão contabilizar individualmente os imóveis por setores de risco.

m) coletar imagens fotográficas que ilustram os condicionantes e evidências observadas no setor (fotos de campo); com base no risco identificado, analisado, delimitado espacialmente pela setorização, devem ser sugeridas possibilidades de intervenção estrutural (obras de engenharia) e ações não estruturais para a redução do risco identificado.

n) identificar e analisar a área de influência das intervenções estruturais pré-determinadas, bem como o risco a movimentos de massa das áreas adjacentes às

obras, considerando as características geomorfológicas das áreas e a abrangência das intervenções de estabilização e/ou obras de urbanização e drenagem realizadas. Para essas áreas a CONTRATADA deverá fazer a correlação das edificações individualizadas ao cadastro de imóveis interditados existentes no Sistema de Informações da Defesa Civil de Niterói (SIDEDEC), para subsidiar as ações de desinterdição da SMPDC.

o) Proposições de intervenções estruturais de cunho preventivo para cada setor de risco, com indicativo de medidas a serem implantadas ao longo do tempo de maneira a definir um horizonte para a redução efetiva dos níveis de risco, atacando preventivamente as causas dos processos geradores de risco.

Estas proposições deverão ser realizadas por engenheiro geotécnico com experiência nesse serviço.

O levantamento de engenharia tem por objetivo descrever e quantificar todas as intervenções estruturais geotécnicas, possibilita a determinação dos custos unitários estimados de cada ação no setor, visando o melhor relacionamento custo x benefício, com base na tabela EMOP ou SICRO/SINAPI; bem como representá-las no “Espelhos de Risco” com a indicação da proposta de intervenção por setor mapeado, elaborado na escala sugerida de 1:1000, ou outra que possibilita melhor visualização do cenário e dos imóveis em situação de risco.

p) Setores de risco baixo (R1) não serão alvo de estudo.

Serão entregues na segunda fase de execução do PMRR- Niterói, os seguintes produtos:

- Fichas de campo: caberá nas fichas de campo a descrição de cada setor, bem como a classificação do risco, incluindo o número de edificações e de pessoas sob risco, o levantamento quanto a vulnerabilidade social. Serão dois os formatos de ficha, um compreenderá as informações do setor e o outro das áreas de interesse com as informações de todos os setores da respectiva área de interesse. As fichas de campo por setores e por área de interesse deverão seguir padrão proposto pela CONTRATADA, aprovado pela SMPDC na primeira fase de execução do PMRR-NITERÓI, e deverão ser entregues em formato digital e físico.

- “Espelhos de Risco”: trata-se de um produto preparado para cada setor de risco, seja de grau muito alto (R4), alto (R3) e médio (R2) onde contém sumariamente todas as informações relevantes sobre aquele setor, tais como: localização do ponto, descrição do ponto, grau de risco, hierarquia, fotografia oblíqua com a delimitação da área de risco, fotografias in loco, recomendações de concepção de intervenção estrutural e não estrutural. Para os setores onde serão analisadas a influência das intervenções estruturais, estes deverão ser representados em ‘Espelho de Risco’ específico. Ambos Espelhos de Risco, deverão ser executados em tamanho em A3, e necessitarão seguir padrão acordado entre a CONTRATADA e a SMPDC e serão entregues em formato digital e físico.

- Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico para cada área de interesse: A empresa contratada deverá apresentar as Carta de Risco a movimentos de massa e hidrológico, conforme padrão acordado entre a CONTRATADA e a SMPDC para cada área de interesse de risco mapeados do município. As Cartas de Risco a movimentos de massa e hidrológico obrigatoriamente deverão conter: a delimitação dos setores de risco identificados e mapeados naquela área; os setores serão identificados por cores: risco muito alto – vermelho, risco alto – laranja, risco médio – amarelo; escala gráfica; escala numérica; grade de coordenadas; legenda; norte geográfico; sistema geodésico; e fuso. A escala das Cartas de Riscos a movimentos de massa e hidrológico deverão ser determinadas quanto ao melhor (maior) enquadramento da área em questão no espaço disponível em um papel de tamanho A3 ou A4. Esta escala da carta não deverá ser menor que 1:1000. O formato digital da Cartografia de risco a movimentos de massa e hidrológico para cada área de interesse pressupõe um Sistema de Informações Geográficas no formato compatível com GDB da ESRI contendo a cartografia básica (limites administrativos, planialtimétrica, vias, hidrografia, declividade, curvas de nível)

- sistemas de projeção UTM e o Datum WGS-84 compatível com Sistema de Gestão da Geoinformação do município (SiGeo). O layout da referida cartografia será definido em conjunto entre a CONTRATADA e a SMPDC.

A CONTRATADA deverá preparar e entregar os produtos parciais, que compreendem: as Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e hidrológico, Relatório Parcial do PMRR-NITERÓI, carta preliminar do mapeamento das áreas de influência das intervenções estruturais, projetos básicos e executivos das intervenções propostas e o banco de dados relacional, Geodatabase

(GDB) que comporta todas as informações do projeto.

5.4. Terceira Fase - A terceira fase da execução do PMRR-NITERÓI se relaciona às atividades finais. Nesta fase a CONTRATADA deverá preparar e entregar os produtos finais, que compreendem: as Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e hidrológico, Relatório Final do PMRR-NITERÓI, Relatório do mapeamento de área de influência das intervenções estruturais e o banco de dados relacional, Geodatabase (GDB) que comporta todas as informações do projeto.

5.4.1. A escala desta Cartas de localização dos setores de Risco a movimentos de massa e hidrológico, deverá ser determinada quanto ao melhor (maior) enquadramento do limite municipal na área disponível em um papel de tamanho A0. Esta escala deverá ser múltipla de 1.000. Todos os dados devem estar georreferenciados no sistema geodésico sirgas 2.000 e utilizando-se o sistema de coordenadas UTM.

5.5. Relatório Final - contemplará a metodologia detalhada de identificação e análise dos riscos (mapeamento) das áreas de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, Relatório do mapeamento de risco remanescente das áreas de influência das intervenções estruturais, “Espelhos de risco”, Cartografia de risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico por área de interesse.

5.5.1. Relatório do mapeamento de área de influência das intervenções estruturais, corresponderá ao levantamento específico realizado nas áreas onde foram executadas as últimas obras concluídas e/ou em conclusão contratadas pela prefeitura de Niterói, este relatório deverá ter a seguinte estrutura:

I. Introdução: objetivo, equipe executora, período de realização;
II. Metodologia: de acordo com o presente Termo de Referência; III. Resultados:

- 1) Carta Final de Risco Remanescente às Obras de Estabilização;
- 2) Tabela dos Setores de Risco Remanescente às Obras de Estabilização - Hierarquizados;
- 3) Espelhos de Risco Remanescente;
- 4) Anexo 1: Contabilização e Correlação individualizadas dos

imóveis identificados no SIDEC.

5.5.2. Os produtos e projetos finais devem ser entregues sob a forma de Relatórios Técnicos, em duas cópias, digital e física, à SMPDC.

5.6. Considerações Finais

5.6.1. Do prazo para entrega dos produtos.

5.6.2. Os produtos deverão ser entregues sempre ao término de cada etapa do mapeamento, por área de interesse.

5.6.3. A SMPDC poderá realizar adequações no cronograma de execução do mapeamento (ANEXO 2) em conjunto a empresa, respeitando a razoabilidade para término de cada etapa, dentro das necessidades existentes.

5.6.4. As entregas dos produtos só serão concluídas após a validação da equipe técnica da SMPDC em conjunto aos Fiscais do Contrato.

5.6.5. O prazo de vigência para o contrato e de execução dos serviços será de 24 (vinte quatro) meses, com início dos serviços a partir da emissão da ordem de serviço.

5.6.6. Os eventuais pedidos de prorrogação do prazo, nas hipóteses da Lei Federal nº 14.133/21, deverão ser apresentados no prazo de vigência do contrato.

5.7. Dos profissionais e Equipamentos.

5.7.1. Para a execução do serviço é necessária disponibilização meio de transporte para os profissionais descritos no item 5.7.2., na quantidade equivalente aos profissionais necessários para cumprir as atividades inerentes ao serviço contratado, visando deslocamento e acesso aos locais de interesse do presente Plano Municipal de Redução de Riscos, bem como todos os equipamentos e materiais necessários a execução do serviço.

5.7.2. Para a execução do serviço, considerando as atividades técnicas a serem realizadas, se faz necessário no mínimo os seguintes profissionais:

Profissional	Qualificação mínima
Geólogo	Geólogos com experiência prática na área de Geologia de Engenharia especialmente voltada para o tema de Riscos Geológicos, ao qual tenha executado trabalhos com a mesma temática ou semelhante ao presente PMRR.
Engenheiro Geotécnico	Engenheiro com comprovada experiência prática na área de contenção de encostas voltada para o tema de Riscos Geológicos, ao qual tenha executado trabalhos com a mesma temática ou semelhante ao presente PMRR.
Engenheiro civil	Engenheiro com comprovada experiência prática na área de contenção de encostas voltada para o tema de Riscos Geológicos.
Engenheiro Hidrólogo	Engenheiro com comprovada experiência prática na área na gestão e estudo dos recursos hídricos, incluindo sua coleta, medição, análise e projeções sobre o ciclo da água voltada para o tema de Riscos Geológicos e elaboração de PMRR.
Arquiteto	Arquitetos com experiência prática comprovada em planejamento urbano e habitação de interesse social, com foco em requalificação de áreas de risco e elaboração de projetos urbanísticos.
Assistente Social	Assistente Social preferencialmente com experiência prática em coleta de dados de vulnerabilidade.
Técnico de Campo	Técnicos em geoprocessamento / Geógrafos com comprovada experiência prática na área de Geografia física e geomorfologia especialmente voltada para o tema de Riscos Geológicos.
Motorista	Motorista com CNH categoria B.
Auxiliar Administrativo	Secretária

5.7.2.1. A comprovação do tempo de experiência profissional do responsável técnico indicado pela licitante será exigida na fase de julgamento das propostas e utilizada como critério de avaliação e pontuação, nos termos e parâmetros definidos no Anexo VIII – Critérios de Pontuação.

5.7.3. Destaca-se que o rol estabelecido no item 5.7.2., não é taxativo ou quantitativo, quanto ao número de profissionais ou profissões necessárias à execução do serviço, funcionando apenas como parâmetro mínimo para o tipo de serviço a ser prestado.

5.7.4. Cronograma

Fases da execução do Plano Municipal de Redução de Risco																										
	Produtos	Formato	24 meses																							
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1ª FASE	Entrega do mapa síntese em escala 1:20000.	Arquivo digital e impresso																								
	Apresentação do plano de trabalho detalhado.	Arquivo digital e impresso																								
	Modelos aprovados pela SMDCG Carta de Risco por localidade, "Espelhos de Risco" a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, "Espelhos de Risco" das análises, influência das intervenções estruturais, planilha de controle de setores, ficha de campo por setor (risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico), ficha de campo, área de interesse, e da planilha de controle.	Arquivo digital e impresso																								
2ª FASE	"Espelhos de Risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico.	Arquivo digital e impresso																								
	"Espelhos de Risco" das análises influência das intervenções estruturais.	Arquivo digital e impresso																								
	Fichas por setor	Arquivo digital e impresso																								
	Fichas por área de interesse	Arquivo digital e impresso																								
	Cartografia de Risco a movimentos de massa e inundação das áreas de interesse.	Arquivo digital e impresso																								
3ª FASE	Planilha de Controle.	Arquivo digital e impresso																								
	Relatório do mapeamento área de influência das intervenções estruturais.	Arquivo digital e impresso																								
	Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e inundação.	Arquivo digital e impresso																								
	Relatório Final	Arquivo digital e impresso																								

Local da prestação dos serviços

5.7.5. Considerando as características ímpares do serviço, a prestação do mesmo deve ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, na Rua Coronel Gomes Machado nº 258, Centro, Niterói – RJ.

Rotinas a serem cumpridas

5.8. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.8.1. Mensalmente a empresa contratada deverá produzir um relatório técnico descrevendo as atividades desenvolvidas, serviços realizados e encaminhará para apreciação da fiscalização do contrato para aprovação antes da emissão da nota fiscal para conforme itens 5.3. e 5.4. e conjunto com o cronograma de execução a ser elaborado. Ademais, o relatório deverá conter os seguintes itens listados abaixo:

- Introdução (Apresentação do Relatório, informações sobre o Contrato, etc.);
- Resumo das atividades de Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos;
- Consolidação e análise das atividades executadas no período;
- Levantamento de reuniões e outras atividades extras realizadas (quando houver);
- Cópia da escala de trabalho dos operadores, expostos no item 5.6.1., proposta e realizada no último mês, além da proposta para os próximos 2 (dois) meses.
- Deverá informar diariamente sobre as atividades realizadas em formato de relatório com foto por e-mail que será disponibilizado pela fiscalização em contrato.
- Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para plena execução do objeto licitado, inclusive EPI's e materiais técnicos, nas quantidades estimadas e qualidades adequadas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.1. Foram realizadas mais de 130 obras de contenção de encostas na cidade, aprimorando Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil em bairros como Fonseca, Caramujo, Viradouro, Ingá, Santa Bárbara, Beltrão, Morro do Estado, Santa Rosa, Cantagalo, Jurujuba, Charitas, Cubango, Ponta D'Areia, entre outros, reduzindo a vulnerabilidade desses locais e consequentemente os tornando mais seguros;

5.10.2. O objetivo final dessas intervenções consiste na redução de risco nessas

áreas, possibilitando que as pessoas que ali residem possam permanecer em suas residências, sem o risco iminente de deslizamentos com consequentes desabamentos de seus imóveis.

5.10.3. Estima-se que cerca de 6000 imóveis sejam contemplados direta ou indiretamente com essas intervenções, garantindo não apenas a segurança dessas pessoas, mas também economia do erário com recursos assistenciais como moradias populares e benefícios outros.

5.10.4. Se faz necessária a contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR do município de Niterói, abrangendo o mesmo a execução do serviço de atualização do mapeamento de risco das áreas suscetíveis a movimentos gravitacionais de massa, alagamento e inundações, e da execução do mapeamento para verificação da mitigação de risco em 108 áreas contempladas por obras de estabilização de encostas, a fim de hierarquizar o risco remanescente e indicar soluções posteriores, subsidiando os gestores públicos nas medidas necessárias para manutenção da segurança da população residente nesses locais e na devida aplicação dos recursos públicos atualmente empregados.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.12. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a) Entrega do Plano Municipal de Redução de Riscos com todos os produtos expostos no Termo de Referência e ETP;
- b) realizar a transição técnica e contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante;
- c) Realização de transferência de conhecimento em eventuais contratações decorrentes do resultado da Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos;
- d) Realização de evento com objetivo de apresentar o Plano Municipal de Redução de Riscos para toda a sociedade, fornecendo toda estrutura para recepcionar as autoridades municipais, a população niteroiense e demais interessados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de duração do contrato, inclusive em eventuais termos aditivo ou renovações.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. As atribuições do fiscal do contrato são aquelas descritas nos artigos 20 a 26 do Decreto Municipal 14.730/2023.

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua

vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, as quais estão previstas no artigo 18 do Decreto Municipal 14.730/23.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo VII;

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 43, III do Decreto Municipal 14.730/23).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, II do Decreto Municipal 14.730/23).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 17, II do Decreto Municipal 14.730/23).

7.7. De acordo com o art. 17, IV, do Decreto Municipal 14.730/23, caberá ao fiscal setorial o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou entidade.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (artigo 18, V, VI e VII, do Decreto Municipal nº

14.730/2023).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 13.281/2019.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Concorrência, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pela TÉCNICA E PREÇO, no modo de disputa aberto, com validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força

de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
 - 8.23.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.23.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições relacionadas aos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição da empresa junto ao CREA em plena validade;

8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante presta ou prestou serviços de natureza similar;

8.30.1.2. O atestado deverá comprovar que a Licitante prestou serviço de elaboração

do Plano Municipal de Redução de Riscos em quantidade não inferior a 30% (trinta por cento) do quantitativo do objeto previsto, até a data da abertura da sessão pública da licitação.

8.30.1.3. As especificação das quantidades necessárias para prestação do serviço foram definidas com base nas características do serviço a ser prestado, haja vista ser um serviço técnico, ao qual é necessário profissionais capacitados, sendo inevitável identificar a quantidade de serviços e itens necessários a realização plena e qualificada do serviço, tendo ainda como base a metodologia nacional que direciona a execução deste tipo de objeto, a metodologia preconizada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2007)

Bloco Temático	Atividade Técnica	Entrega	Unidade	Quantidade Estimada	Critério de Dimensionamento
Bloco 1 – Planejamento e Preparação Técnica	Planejamento inicial e levantamento de dados técnicos	relatório	Qty.	1	Inclusão de dados do SÍDEC, SIGEO, obras e ocorrências históricas
	Elaboração do Mapa Síntese - Hidrológico	mapa	Qty.	28	Compilação de dados espaciais georreferenciados e intervenções anteriores
	Elaboração do Mapa Síntese - Movimentos de Massa	mapa	Qty.	117	Compilação de dados espaciais georreferenciados e intervenções anteriores
	Plano de trabalho detalhado	relatório	Qty.	1	Cronograma técnico com abordagem por área de interesse
	Pré-setorização por imagem oblíqua ou satélite	mapa	Qty.	145	117 comunidades e 28 subbacias hidrográficas
	Oficinas comunitárias com NUDECs/Moradores - Alinhamento Prévio	evento	Qty.	117	Uma oficina por comunidade.
	Levantamento de Campo - Hidrológico	bacias	Qty.	28	Base SIGEO
	Levantamento de Campo - Movimentos de Massa	área	km²	12,57	Base SIGEO
	Fichas de campo completas	documento	Qty.	351	Fichas por setor estimado (3 setores por comunidade).
	Espelhos de Risco (R2, R3, R4)	documento	Qty.	351	Espelhos por setor estimado (3 setores por comunidade).

Bloco 2 – Execução de Campo e Mapeamento	Cartografia temática de risco	carta	Qnt.	145	117 comunidades e 28 sub bacias hidrográficas
	Processamento geoespacial e integração cartográfica dos dados de campo	área	km²	12,57	Base SIGEO
	Geodatabase relacional (GDB)	banco de dados	Qnt.	1	Base digital com todos os dados, conforme padrão SIGEO
	Entrevistas domiciliares com famílias vulneráveis	domicílio	Qnt.	15000	Relatório por domicílio estimado (área total das comunidades x densidade populacional)/(3: estimativa de pessoas por domicílio)
Bloco 3 – Diagnóstico e Proposições	Propostas de intervenções por setor	proposta	Qnt.	351	Proposta por setor estimado (3 setores por comunidade).
	Oficinas comunitárias com NUDECs/Moradores - Alinhamento Entrega	evento	Qnt.	117	Uma oficina por comunidade.
	Modelagem hidrológica para áreas críticas de inundação	simulação/relatório	Qnt.	28	Simulações por sub-bacia urbana com histórico de alagamento
	Análise das condições de drenagem urbana	relatório	Qnt.	5	Diagnóstico de sistemas de drenagem por bacia.
	Levantamento de vulnerabilidade social em áreas de risco	setor	Qnt.	351	Setores classificados como R2, R3 ou R4
Bloco 4 – Consolidação e Entregáveis	Relatório do mapeamento de áreas de influência de obras	relatório	Qnt.	251	Base SIGEO
	Relatório socioassistencial com indicadores	relatório	Qnt.	117	Relatório por comunidade
	Relatórios Parciais do PMRR	relatório	Qnt.	117	Relatório por comunidade
	Relatório final do PMRR	documento	Qnt.	1	Documento técnico consolidado com todas as análises, mapas e propostas

8.30.1.4. A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços

(devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.

8.30.1.5. O contratado deverá comprovar experiência prévia na elaboração e implementação de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), ou demais planos municipais e serviços de característica semelhantes, com a inclusão de estratégias de participação social, envolvendo a comunidade local, representantes da sociedade civil e demais partes interessadas no processo de planejamento e execução.

8.30.1.5 O processo de elaboração do PMRR deverá contemplar mecanismos claros e eficazes de participação social, incluindo consultas públicas, audiências, grupos de trabalho e outros instrumentos que garantam a ampla participação dos cidadãos e das organizações comunitárias no diagnóstico, elaboração e implementação das ações do plano.

8.30.1.5.1. Para fins de habilitação, o contratado deverá apresentar documentos e relatórios que comprovem a realização de atividades de participação social nos projetos anteriores, detalhando os métodos de envolvimento da comunidade e os resultados obtidos com tais processos, assim como os impactos positivos gerados por sua implementação.

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30.5. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei nº 12.608/2012.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Técnico-Profissional

8.32. Apresentar profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:

8.32.1. Para os Engenheiros: serviços voltados para a área de contenção de encostas voltada para o tema de Riscos Geológicos, aplicando-se as características pormenorizadas para cada cargo conforme exibidas por meio de quadro exposto no item 5.6.1.

8.32.2. Para os geólogos: serviços voltados para área de Geologia de Engenharia especialmente voltada para o tema de Riscos Geológicos, aplicando-se as características pormenorizadas para cada cargo conforme exibidas por meio de quadro exposto no item 5.6.1.

8.33. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.34. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.912.806,04 (seis milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e seis reais e quatro centavos)**, conforme custos unitários na tabela exposta no item 1.1.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Exercer a fiscalização da entrega do objeto através dos fiscais do contrato nas exatas condições necessárias ao cumprimento das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, após a plena verificação de todas as fases de entrega e de fiscalização e da devida emissão dos termos de recebimentos provisórios ou definitivo.

10.3 Proporcionar meios para que a CONTRATADA possa proceder à entrega dos serviços dentro do estabelecido nesta contratação.

10.4 Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, nas formas definidas.

10.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

10.6 Recusar o recebimento dos produtos oriundos da prestação do serviço que não atenda às especificações exigidas, que venha apresentar produto visivelmente em discordância com o presente Termo de Referência e demais documentos que compõem a caracterização do objeto, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade.

10.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, bem como exercer as penalidades cabíveis.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O licitante vencedor deverá realizar a assinatura do contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da homologação da licitação;

11.2. Executar o objeto contratual nos termos propostos, na data, horário e no local indicados pela Contratante, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas;

11.3. Entregar os produtos objeto da contratação em perfeitas condições, na forma estabelecidas no presente Termo de Referência e demais documentos que compõe a presente licitação;

11.4. Permitir, sem que incorra em ônus para a Contratante, a identificação visual dos veículos destacados para possibilitar a prestação do serviço contratado;

11.5. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e

informações que serão acessados, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitadas, inclusive, as normas previstas na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;

11.7. Observar os prazos para a execução do serviço contratado na forma apontada neste Termo de Referência;

11.8. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado número de telefone móvel e endereço de correio eletrônico que permita contato imediato dos fiscais do contrato e representante da Contratada, inclusive em dias não úteis (sábados, domingos e feriados);

11.10. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos veículos à Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput;

11.11. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta secretaria ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SMPDC – Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;

11.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato sem a prévia autorização da Contratante;

11.13. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidade a terceiros;

11.14. A Contratada será responsável pelo licenciamento e demais encargos originados em decorrência dos veículos;

11.15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º.

12. DOS DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1. Todo e qualquer produto, documento, estudo, mapa, banco de dados, modelo ou material técnico elaborado durante a execução do contrato será de propriedade exclusiva da Administração Pública, que deterá os direitos autorais patrimoniais, podendo utilizá-los livremente, inclusive para reprodução, edição ou divulgação, vedada à contratada qualquer reivindicação futura de titularidade ou uso sem autorização.

12.2. A contratada deverá cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), responsabilizando-se pela coleta, tratamento e armazenamento adequado de dados pessoais eventualmente acessados ou utilizados na elaboração do PMRR, adotando medidas técnicas e administrativas que garantam a segurança, a privacidade e a finalidade estrita dos dados tratados.

12.3. Todas as informações obtidas ou geradas durante a execução do contrato, inclusive aquelas relativas à localização de áreas de risco, vulnerabilidades sociais e perfis populacionais, deverão ser tratadas com caráter confidencial, sendo vedada sua divulgação a terceiros, salvo por autorização expressa da Administração Pública.

12.4. A contratada responderá por eventuais danos decorrentes do vazamento, acesso indevido ou uso inadequado de dados pessoais, sensíveis ou estratégicos, inclusive no caso de ação de seus prepostos, terceiros ou subcontratados não autorizados.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Fonte de Recursos: 1.704.02;
- II) Programa de Trabalho: 730106.182.01132.6412;
- III) Elemento de Despesa: 33.90.39;

Niterói, 05 de março de 2026.

Autorizado por

Walace Medeiros Barbosa
Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil
Mat. 1.247.556-0

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, 1º abril de 2021
SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA – LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Processo Administrativo nº 9900077083/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº / . , QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NITERÓI,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICI-
PAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E

.....

O Município de Niterói por intermédio da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil-, com sede na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258, na cidade de Niterói/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 28.521.748/0018-05, neste ato representado pelo Wallace Medeiros Barbosa, Secretário Adjunto, portador da Matrícula Funcional nº 1.247.556-0, com atribuições estabelecidas por meio da Portaria nº 892/2025, publicado no dia 10/01/2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) , *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº* , sediado(a) na , em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Concorrência Eletrônica n* / . , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.1. Objeto da contratação:

[illegible]

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.2.3. A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

1.2.5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses, contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O pagamento será realizado em fases, conforme estabelecido no Anexo VII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ao longo de 24 meses, perfazendo o valor total de R\$ ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o valor total de R\$ 6.912.806,04 (seis milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e seis reais e quatro centavos), conforme especificado no Termo de Referência e no Anexo VII, diretamente na conta corrente nº da agência , de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, observando-se o disposto no item 5 deste Contrato.

6.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e do art.18, XVII do Decreto Municipal nº 14.730/23.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento a SMPDC, situada na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258, no município de Niterói, ou para o endereço eletrônico financeiro.smdcg@gmail.com, acompanhado de todos os demais documentos obrigatórios estabelecidos por meio do presente documento.

6.5. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura e os documentos mencionados no item 6.4, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério

do CONTRATANTE.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, no art. 24, §2º, do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.7 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

6.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.8.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.9 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado

pro rata die.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/02/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.1.1 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5.1 Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

7.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

7.11 O reajuste será realizado por apostilamento.

7.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou projeto básico;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei

nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou

entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Manter a regularidade junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

9.1.8.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art.

116, parágrafo único);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.1.24. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.1.24.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os

contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela

fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do **contrato**.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato; 11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada

da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.

12.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

12.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 30% do valor do Contrato.

12.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 75 e 76 da Lei Municipal nº 3.048/2013;

12.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei Municipal nº 3.048/2013.

12.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se

pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2 A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de: a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

12.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao Município.

12.11.1 O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12 O CONTRATANTE deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá

ser consultada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. Em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis, caso seja comprovada a prática de ato lesivo à administração pública por parte da CONTRATADA, seus representantes legais ou prepostos, ainda que tal conduta tenha ocorrido antes da assinatura

deste instrumento contratual.

13.8.1. A rescisão contratual com base nesta cláusula não exclui a aplicação de demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Fonte de Recursos: 1.704.02
- II. Programa de Trabalho: 730106.182.0132.6412
- III. Elemento de Despesa: 33.90.39
- IV. Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis, em especial o Decreto 14.730/23 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contra-

tações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contra- tações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA MATRIZ DE RISCOS (art. 92, IX)

19.1. Nos termos do art. 92, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, as partes estabelecem a Matriz de Riscos do presente contrato, na qual são definidos os riscos previsíveis relacionados à execução contratual, bem como a alocação objetiva de responsabilidades entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

19.1.2. A Matriz de Riscos encontra-se detalhada no Anexo II, parte integrante e indissociável deste instrumento, contemplando, entre outros, os riscos administrativos, operacionais, financeiros, econômicos, bem como as consequências jurídicas e econômicas decorrentes da sua ocorrência.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 05 de março de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – DECLARAÇÕES DE SIGILO

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

A empresa [RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL], pessoa jurídica com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ com o n.º [N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional e estrutural da Prefeitura Municipal de Niterói - PMN, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da PMN reveladas à CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do contrato n.º ____/20__, doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.
3. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da PMN, das informações restritas reveladas.
4. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, as informações restritas reveladas.
5. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços a PMN, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

6. A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

7. A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente a PMN qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

8. A CONTRATADA obriga-se a informar a PMN a relação de colaboradores que estarão envolvidos na execução do CONTRATO e a fornecer ao PMN a Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes de cada colaborador.

9. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da PMN, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a PMN e a CONTRATADA sem qualquer ônus para a PMN. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridas pela PMN, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

10. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas da PMN.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a CONTRATADA assina o presente termo através de seu representante legal.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

[NOME DA CONTRATADA]

Assinatura

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:

ENDEREÇO:

CIDADE:

TELEFONE:

DADOS BANCÁRIOS:

CNPJ:

BAIRRO:

CEP:

E-MAIL:

ESTADO:

FAX:

GRUPO ÚNICO – Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos.

GRUPO ÚNICO – Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos.					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unit (por fase)	Valor Total
1	Mapeamento das áreas de risco de escorregamentos e movimentos gravitacionais de massa, Mapeamento das áreas de risco de inundações e Proposição de intervenções estruturais de redução de riscos (conforme descrito no anexo I).	Subfases	24	1) R\$	R\$
				2) R\$	
				3) R\$	
				4) R\$	
				5) R\$	
				6) R\$	
				7) R\$	
				8) R\$	
				9) R\$	
				10) R\$	
				11) R\$	
				12) R\$	
				13) R\$	
				14) R\$	
				15) R\$	
				16) R\$	
				17) R\$	
				18) R\$	
				19) R\$	
				20) R\$	
				21) R\$	
				22) R\$	
				23) R\$	
				24) R\$	
VALOR TOTAL DO GRUPO ÚNICO:			R\$		

Os encargos sociais, custos administrativos, remuneração da empresa, despesas fiscais e outras despesas, que incidam sobre os salários deverão ser discriminados em separado. O ISS no município de Niterói é de 5%.

Valor total: R\$ _____ (em algarismos)
(por extenso) _____

- ☐ Optante pelo Simples Nacional
☐ Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(os) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de _____ de 20__.

Proponente

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

DECLARAÇÃO

Por meio desta, o(a) Sr(a) [*nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto*], CPF _____, ocupante do cargo [*cargo que ocupa*] na empresa [*Nome (Razão Social) da empresa*], CNPJ [*número do CNPJ da empresa*], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NA PMN**, emitido por aquela empresa por ocasião da assinatura do contrato n.º ____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data

Assinatura

ANEXO VI – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço
Contrato nº ____/____
OS nº _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

2. PRAZO PARA EXECUÇÃO

Data de início	Data de término

3. ESCOPO (SERVIÇOS/PRODUTOS)

Item	Descrição do serviço/produto	Data de Conclusão	Horas

4. PARTICIPANTES

Nome	Função	Identificação	Órgão/Empresa

5. ANEXOS

Documento	Descrição

Niterói, ____ de ____ de 20____.

Preposto
Empresa

Fiscal do Contrato
Servidor PMN

ANEXO VII - MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao edital entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

2.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4. SANÇÕES

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no edital e demais documentos.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida e em conformidade com as fases da execução do PMRR. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais.

4.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da devida publicação do contrato no PCNP, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar de acordo com as fases e subfases da execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6 A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas por fases da execução do serviço fica limitada ao percentual de 20% (vinte por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7 Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da subfase da execução do serviço, considerar-se-á o valor da medição correspondente à respectiva subfase da data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível

afirmar tal data, considerar-se-á a data e a subfase da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para a subfase de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão três as fases do serviço, que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)		
PROCESSO nº 9900077083/2024 - SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS		
INDICADORES		Subfases
1	1º FASE	2
2	2º FASE	19
3	3º FASE	3
INDICADOR Nº 01: <u>1º fase</u> – subfase I		
Finalidade	Garantir a devida entrega do mapa síntese em escala 1:20000, bem como a apresentação do plano de trabalho detalhado.	
Meta a Cumprir	100% da entrega voltada a produtos oriundo do serviço de elaboração do PMRR nesta fase.	
Instrumento de Medição	Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso.	
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade para entrega dos produtos	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato e cronograma de fases da execução do PMRR.	
Ocorrências / Pontuação	Deixar de fornecer mapa de síntese em escala 1:20000	0,5 ponto por dia

	Fornecer mapa de síntese em desacordo com o estabelecido, seja por ser inadequada ao tamanho previsto ou excessivamente desproporcional ou cuja qualidade tenha sido recusada.	1,0 ponto por dia
	Apresentação do plano de trabalho de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada.	1,0 ponto por dia
	Não apresentar plano de trabalho detalhado.	2,0 ponto por dia
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases.	
	O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para a subfase seguinte.	
Subfase II		
Finalidade	Garantir a devida entrega da carta de risco por localidade “espelhos de Risco”, a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, “espelho de Risco” das análises, influência das intervenções estruturais, planilha de controle de setores, ficha de campo por setor (risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico), ficha de campo, área de interesse, e da planilha de controle.	
Meta a Cumprir	100% da entrega voltada a produtos oriundo do serviço de elaboração do PMRR previsto na segunda subfase.	
Instrumento de Medição	Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso.	
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade para entrega dos produtos	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato e cronograma de fases da execução do PMRR.	

Ocorrências / Pontuação	Deixar de entregar a carta de risco por localidade.	0,5 por localidade
	Deixar de entregar “espelhos de risco” amovimentos gravitacionais de massa e hidrológico e “espelhos de risco” das análises, influência das intervenções estruturais, planilha de controle de setores, ficha de campo por setor, área de interesse, e da planilha de controle	1,0 ponto por dia
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases.	
	O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para a subfase seguinte.	

INDICADOR Nº 02 – 2ª Fase		
Subfase III ao XXI		
Finalidade	Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.	
Meta a Cumprir	Entrega em sua totalidade dos produtos elaborados durante o PMRR.	
Instrumento de Medição	Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso.	
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato e cronograma de fases da execução do PMRR.	
Ocorrências / Pontuação	Não atendimento de cada uma das subfase da 2ª fase, ao qual divide-se em 19 subfases, que deve em cada uma delas entregar a cobertura mínima de 5,26% das áreas de risco e de avaliação necessária, com bases expostas por meio dos documentos anexo ao edital que evidência o quantitativo do serviço.	1,0 ponto por dia

	Apresentação dos produtos de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada.	1,0 ponto por dia
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases.	
	O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para a subfase seguinte.	

INDICADOR Nº 03 – 3ª Fases		
Subfase XXII a XXIV		
Finalidade	Garantir a plena execução e entrega da planilha de controle, relatório do mapeamento da área de influência das intervenções estruturais, cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e inundação.	
Meta a Cumprir	Cobrir 100% das áreas de risco correspondentes ao serviço a ser prestado.	
Instrumento de Medição	Avaliação da entrega do produto a ser enviado por arquivo digital e impresso.	
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	mensal.	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Não elaborar planilha de controle	2,0 pontopor dia
	Atraso na entrega do relatório do mapeamento da área de influência das intervenções estruturais devido a apresentação dos produtos de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada.	1,0 ponto por dia

	Atraso na entrega de cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e inundação devido a apresentação dos produtos de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada.	2,0 ponto por dia
	Atraso na entrega do relatório final devido a apresentação dos resultados de forma incompleta ou cuja a qualidade tenha sido recusada.	4,0 ponto por dia
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada subfase são cumulativos aos pontos das demais subfases.	
	O acúmulo de pontos é por fase e subfase, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências da subfase de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para a subfase seguinte.	

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	1% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
5,1 a 8,0	3% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
8,1 a 11,0	5% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
11,1 a 14,0	7% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
14,1 a 16,0	10% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
16,1 a 20,0	13% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
20,1 a 25,0	16% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
25,1 a 30,0	20% de desconto sobre o valor apurado para a subfase de ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, por mais de 5 vezes, dentro da subfase de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.

3.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no subfases, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência, contrato e demais documentos competentes.
----	--

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição, indicando a fase e subfase ao qual está analisando:

1º Fase/Subfase nº ____ - INDICADOR 1		
Total de ocorrências		
Data da Ocorrência		Descrição
2º Fase/Subfase nº ____ - INDICADOR 2		
Total de ocorrências		
Data da Ocorrência		Descrição
3º Fase/Subfase nº ____ - INDICADOR 3		
Total de ocorrências		
Data da Ocorrência		Descrição

NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	DE
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

7. Cronograma de Pagamento

Fases da execução do Plano Municipal de Redução de Risco																											
	Produtos	Formato	24 meses																								
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
1ª FASE	Entrega do mapa síntese em escala 1:20000.	Arquivo digital e impresso																									
	Apresentação do plano de trabalho detalhado.	Arquivo digital e impresso																									
	Modelos aprovados pela SMDCG Carta de Risco por localidade, "Espelhos de Risco" a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico, "Espelhos de Risco" das análises, influência das intervenções estruturais, planilha de controle de setores, ficha de campo por setor (risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico), ficha de campo, área de interesse, e da planilha de controle.	Arquivo digital e impresso																									
2ª FASE	"Espelhos de Risco a movimentos gravitacionais de massa e hidrológico.	Arquivo digital e impresso																									
	"Espelhos de Risco" das análises influência das intervenções estruturais.	Arquivo digital e impresso																									
	Fichas por setor	Arquivo digital e impresso																									
	Fichas por área de interesse	Arquivo digital e impresso																									
	Cartografia de Risco a movimentos de massa e inundação das áreas de interesse.	Arquivo digital e impresso																									
3ª FASE	Planilha de Controle.	Arquivo digital e impresso																									
	Relatório do mapeamento área de influência das intervenções estruturais.	Arquivo digital e impresso																									
	Cartas de localização dos setores de risco a movimentos de massa e inundação.	Arquivo digital e impresso																									
	Relatório Final	Arquivo digital e impresso																									

7.1. O Cronograma de pagamento será executado em conformidade com o cronograma das fases de execução do Plano Municipal de Redução de Riscos.

7.2. O cronograma de pagamento informar a porcentagem aplicada a cada subfase, conforme planilha a seguir:

Fase	Subfase	Porcentagem Aplicada	
Primeira		TOTAL	Por Subfase
	I	6%	2,5%

	II		3,5%
Segunda	III	80,00%	4,21%
	IV		4,21%
	V		4,21%
	VI		4,21%
	VII		4,21%
	VIII		4,21%
	IX		4,21%
	X		4,21%
	XI		4,21%
	XII		4,21%
	XIII		4,21%
	XIV		4,21%
	XV		4,21%
	XVI		4,21%
	XVII		4,21%
	XVIII		4,21%
	XIX		4,21%
	XX		4,21%
	XXI		4,22%
Terceira	XXII	14%	5,00%
	XXIII		5,00%
	XXIV		4,00%

7.3. Destaca-se que a aplicação dos descontos previstos no item 5 do presente documento são realizados a cada subfase, de acordo com as ocorrências constatadas.

7.4. O pagamento de cada subfase ocorrerá apenas após a entrega dos produtos conforme o cronograma referente a fase de execução, sendo necessário a prévia aprovação dos fiscais do contrato.

7.5. A contagem do prazo para conclusão da subfase se inicia no dia subsequente a conclusão e aprovação pelos fiscais da subfase anterior.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o

Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil e a empresa _____, CNPJ nº _____, celebrado para prestação de serviços continuados para elaboração do Plano Municipal De Redução de Riscos do Município de Niterói.

8.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.

8.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Niterói/RJ, de de 2026.

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO VIII - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

1. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

1.1. A licitante deverá preparar sua Proposta Técnica conforme estabelecido a seguir.

1.2. A proponente deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA com numeração sequencial de páginas, contendo página de finalização com data, assinatura de quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, claramente identificado, contendo o nome completo do licitante, CNPJ, endereço e telefone, endereço eletrônico da licitante e do responsável.

1.3. PLANO DE TRABALHO (PLT) - 50 (CINQUENTA) PONTOS

1.3.1. Na parcela PLT, 100% de aproveitamento equivale a 50 (cinquenta) pontos, conforme distribuição dos pontos indicada na TABELA 01.

1.3.2. A licitante deverá apresentar proposta técnica para execução dos serviços previstos no escopo. O formato da apresentação deverá preferencialmente respeitar a sequência da TABELA 01, adotar texto por itens e expor de forma objetiva e utilizar tabelas e gráficos, limitando-se ao tema.

1.3.3. A abordagem do Plano de Trabalho na apresentação da proposta técnica pelas licitantes não tem função meramente ilustrativa. As proposições, planos, metodologias, soluções, inovações, e etc., apresentadas pelas licitantes nesta parcela serão convertidas em diretrizes de trabalho que serão cobradas em projeto e obra para a licitante vencedora, devendo, portanto, serem tratadas com conhecimento de causa e compromisso. A proposta apresentada deverá estar compatível com as etapas e prazos de elaboração dos serviços definidos no Cronograma.

1.3.4. Todas as propostas técnicas apresentadas pelas Licitantes para atender ao Plano de Trabalho serão avaliadas pela atribuição de pontuação especificada para cada um dos itens requisitados no TABELA 01 a seguir, sendo que a nota final do item Plano de Trabalho será obtida pelo somatório da pontuação alcançada em todos os itens da referida tabela:

TABELA 01 - PLANO DE TRABALHO

AVALIAÇÃO		NÃO PONTUADO	PARCIAL	MÁXIMA
1. Metodologia de Elaboração do PMRR	1.1. Apresentação da metodologia geral de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, demonstrando aderência às diretrizes	0,0	7,5	15,0

	nacionais e aos guias técnicos aplicáveis			
	1.2. Apresentação de metodologia para identificação, classificação e hierarquização dos setores de risco	0,0	7,5	15,0
2. Procedimentos Técnicos e Operacionais	2.1. Caracterização dos procedimentos de coleta, sistematização e validação de dados (visitas de campo, levantamentos geotécnicos, entrevistas, diagnósticos locais).	0,0	2,5	5,0
	2.2. Caracterização dos procedimentos para elaboração dos produtos cartográficos, análises em SIG, setorização e detalhamento dos riscos.	0,0	2,5	5,0
3. Organização, Fluxo de Trabalho e Cronograma	3.1. Apresentação do plano de trabalho, com etapas bem definidas, entregas intermediárias e justificativa técnica para o sequenciamento, bem como a em conformidade com o cronograma de execução.	0,0	2,5	5,0
	3.2. Apresentação de fluxograma das atividades, demonstrando a integração entre diagnóstico, mapeamento, validação e elaboração das propostas de intervenção, em conformidade com o cronograma de execução.	0,0	2,5	5,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA				50,0

1.4. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA TABELA 01:

1.4.1. O Plano de Trabalho apresentado será avaliado quanto ao atendimento do número de itens apresentados e quanto ao atendimento dos aspectos técnicos solicitados na exposição das propostas de forma cumulativa para alcançar a pontuação total do item:

1.4.1.1. Avaliação quantitativa progressiva do Plano de trabalho

1.4.1.1.1. A pontuação de cada item será atribuída conforme o grau de atendimento identificado:

- a) **Pontuação Máxima:** atendimento integral do item, com exposição clara, fundamentada e tecnicamente adequada;
- b) **Pontuação Parcial:** atendimento parcial do item, com lacunas que não inviabilizam o entendimento, mas reduzem a completude técnica;
- c) **Não Pontuado:** não atendimento do item, apresentação incompleta, desconexa ou incompatível com o solicitado.

1.4.2. Avaliação dos Aspectos Técnicos da Exposição do Plano de Trabalho

1.4.2.1. A análise dos Planos de Trabalho apresentados pelas licitantes observará exclusivamente critérios técnicos e objetivos, avaliando o atendimento às informações solicitadas, a coerência metodológica, a

consistência das soluções apresentadas, a aderência às diretrizes nacionais aplicáveis ao PMRR e a compatibilidade com o escopo contratado.

1.4.2.2. A avaliação não se limitará à mera presença das informações, mas considerará a capacidade da licitante em demonstrar domínio técnico, compreensão do objeto, clareza metodológica e organização lógica da proposta.

1.4.2.3. A análise considerará, cumulativamente, os seguintes eixos:

I – Metodologia de Elaboração do PMRR

A avaliação abrangerá:

a) Pontuado:

Conteúdo completo, consistente e tecnicamente fundamentado, demonstrando conhecimento das diretrizes técnicas nacionais, domínio sobre a tipologia do Plano Municipal de Redução de Riscos, coerência metodológica e apresentação clara das estratégias para identificação, classificação e hierarquização dos setores de risco.

Serão avaliadas:

- coerência da metodologia geral;
- adequação técnica aos guias e normativos;
- aderência à estrutura mínima exigida para um PMRR.

b) Não pontuado:

Ausência do item, apresentação de conteúdo incompleto, inconsistente, genérico, contraditório ou tecnicamente inadequado, de modo que não atenda ao solicitado.

II – Procedimentos Técnicos e Operacionais

A avaliação considerará:

a) Pontuado:

Apresentação clara e completa dos procedimentos para coleta, sistematização e validação de dados, incluindo:

- levantamentos de campo;
- vistorias e inspeções técnicas;
- análises geotécnicas ou geológicas quando aplicáveis;
- entrevistas e diagnósticos comunitários;
- metodologias cartográficas e análises em SIG.

A licitante deverá demonstrar domínio técnico sobre as ferramentas e bases utilizadas, bem como justificar a adequação das metodologias ao objeto.

b) Não pontuado:

Ausência de procedimentos, descrição genérica ou meramente ilustrativa, ou conteúdo sem fundamentação técnica ou sem aderência às necessidades do PMRR.

III – Organização, Fluxo de Trabalho e Cronograma

A avaliação observará:

a) Pontuado:

Apresentação de Plano de Trabalho estruturado e coerente, incluindo:

- Etapas claramente definidas;
- Entregas intermediárias;
- Justificativas técnicas para o sequenciamento;
- Compatibilidade completa com o cronograma;
- Fluxograma demonstrando a integração lógica entre:
 - Diagnóstico;
 - Mapeamento;
 - Validação;
 - Análises;
 - elaboração das propostas de intervenção.

b) Não pontuado:

Inexistência de fluxograma, inconsistência entre etapas e prazos, ausência de justificativas técnicas ou descrição que não reflita capacidade real de execução.

2. PONTUAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA (PTE) - 10 (DEZ) PONTOS

2.1. A apresentação de cópia autenticada de Atestado(s) emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes ao desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme TABELA 02.

TABELA 02 - TÉCNICA DA EMPRESA

ITEM	SERVIÇOS TÉCNICOS	VL. UNITÁRIO	MÍNIMO	MÁXIMO

01	O licitante deverá comprovar experiência, nos últimos cinco (05) anos anteriores à data de apresentação da proposta, na execução de pelo menos 02 (dois) trabalhos (prestação de serviços, estudos, assessorias e/ou consultorias) que envolvam o mapeamento de áreas de risco geológico e/ou hidrológico em territórios urbanos.	1,00	2,00	5,00
02	O licitante deverá comprovar experiência na execução de ao menos 02 (dois) trabalhos/projetos que tenham abordado as temáticas de gestão de risco, planejamento urbano e/ou ordenamento territorial (tais como Planos Municipais de Redução de Riscos – PMRR, Planos de Contingência, Planos de Regularização Fundiária, Planos de Macrodrenagem, Planos Diretores de Drenagem Urbana, Planos Diretores de Águas Pluviais e Fluviais, Planos Diretores Municipais, Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática, Cartografia de Risco, entre outros).	1,00	2,00	5,00
TOTAL				10,00

2.2. Para fins de avaliação da capacitação técnico-operacional, cada item da Tabela de Pontuação Técnica da Empresa admitirá a apresentação de tantos atestados quanto necessários para atingir a pontuação máxima prevista para o respectivo item, observadas a pontuação unitária e o limite de pontos estabelecido.

2.2.1. O atendimento à pontuação mínima estabelecida configura requisito de caráter eliminatório. Assim, o licitante que não atingir a pontuação mínima fixada será automaticamente eliminado do certame, em razão da não comprovação da experiência prática necessária à adequada execução do objeto.

2.3. Critérios Gerais de Aceitação de Atestados

2.3.1. Cada atestado será pontuado individualmente, desde que comprove atendimento integral dos parâmetros mínimos estabelecidos na Tabela.

2.3.2. A pontuação por item será obtida pelo somatório dos pontos atribuídos por atestado, até o limite máximo fixado na tabela.

2.3.3. O edital não restringe o número de atestados por item, limitando-se apenas ao teto máximo de pontuação aplicável àquele serviço.

2.4. Quantitativo Mínimo por Atestado

2.4.1. Cada atestado deverá comprovar, isoladamente, o quantitativo mínimo exigido.

2.4.2. Para verificação da capacidade técnica em cada item, admite-se o somatório dos quantitativos de mais de um atestado, exclusivamente para fins de demonstração de que o parâmetro mínimo foi atingido.

2.5. Requisitos de Habilitação Profissional

2.5.1. A licitante deverá apresentar comprovação de regularidade perante:

- **CREA**, para serviços enquadrados como atividades de engenharia;
- **CAU**, quando exigidas atividades de Arquitetura ou Urbanismo.

2.5.2. Os responsáveis técnicos deverão estar formalmente vinculados à licitante.

2.6. Análise dos Atestados pela Comissão

2.6.1. A Comissão Técnica de Licitação analisará cada atestado e verificará:

- aderência técnica ao objeto e aos parâmetros mínimos;
- conformidade metodológica com o Termo de Referência;
- identificação clara dos serviços executados;
- correspondência entre a atividade descrita e o item da tabela.

2.6.2. Será atribuída a pontuação unitária prevista para o item apenas quando o atestado atender integralmente aos requisitos técnicos.

2.6.3. Atestados incompletos, genéricos ou que não permitam verificar escala, produto, metodologia ou extensão dos serviços serão desconsiderados para fins de pontuação.

2.6.4. Itens cujo atendimento não seja comprovado receberão 0 (zero) ponto.

3. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (QET) - 40 (QUARENTA) PONTOS

3.1. Pontuação da Qualificação da Equipe Técnica – QET, será demonstrada através da apresentação de cópia autenticada de Atestado(s) emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

TABELA 03 – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

ITEM	PROFISSIONAL	EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO POR CADA ATESTADO / EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Geólogo(a)	Experiência em mapeamento de áreas de risco geológico, planos, programas ou projetos na área de Cartografia Geotécnica ou mapeamento de áreas de inundação.	<ul style="list-style-type: none">• 1 ponto por ano de experiência;• 2 pontos por atestado.	14,0
2	Engenheiro(a)	Experiência em planos e projetos relacionados à obras de contenção de encostas e/ou drenagem.	<ul style="list-style-type: none">• 1 ponto por ano de experiência;• 2 pontos por atestado.	13,0

3	Geógrafo(a)	Experiência em geoprocessamento e/ou sensoriamento remoto, manuseio e processamentos complexos de dados espaciais.	<ul style="list-style-type: none"> • 1 ponto por ano de experiência; • 2 pontos por atestado. 	13,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA				40,0

3.2. Para fins de pontuação, somente serão aceitos atestados que apresentem clara correspondência entre as atividades executadas e as exigências de qualificação descritas na Tabela 03, contendo:

- I – identificação do contratante;
- II – descrição detalhada dos serviços realizados;
- III – período de execução;
- IV – assinatura e identificação do responsável técnico;

3.3. O tempo de experiência será computado em anos completos, desprezando-se quaisquer frações inferiores a 12 (doze) meses, devendo ser comprovado por meio de declaração, contrato, certidão ou documento equivalente.

4. ITEM DISCRIMINAÇÃO PONTUAÇÃO MÁXIMA

- PLANO DE TRABALHO – PLT 50 pontos
- PONTUAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA – PTE 10 pontos
- QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – QET 40 pontos

NOTA TÉCNICA FINAL – NTF 100 pontos

4.1. A pontuação técnica de cada tópico será a soma das notas dos itens individuais atendidos. A Nota Técnica Final (NTF) será obtida através da fórmula abaixo, utilizando-se duas casas decimais, desprezando-se as demais:

$$NTF = PLT + PTE + QET$$

Sendo: **NTF – Nota Técnica Final**

PLT – Plano de Trabalho

PTE – PONTUAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

QET – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. As Notas de Preços (NPC) de cada proponente serão definidas conforme a fórmula que segue, devendo o resultado ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891 /ABNT – Regras de Arredondamento, na numeração decimal, da seguinte forma:

$$NPC = \frac{V^o \times 100}{Vp}$$

V° = menor valor proposto pelas diversas PROPONENTES classificadas (em R\$);

Vp = valor apresentado pela PROPONENTE (em R\$);

NPC = nota de preço de cada PROPONENTE.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA NOTA FINAL

6.1. As Notas de Preços (NP) obtidas serão arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891 /ABNT - Regras de Arredondamento, na numeração decimal.

6.2. A "NOTA FINAL" (NF) será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula, com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, sem arredondamento:

$$NF = \frac{(70 \times NPT) + (30 \times NPC)}{100}$$

NPT =Nota Técnica Total;

NPC = Nota de Preços

6.3. Será considerada classificada em primeiro lugar a proposta que obtiver a maior Nota Final (NF), classificando as demais de acordo com a ordem crescente das Notas Finais (NF) obtidas.

Niterói, 04 de março 2026.

Walace Medeiros Barbosa
Secretário Municipal de Proteção e Defesa Civil
Matrícula: 1.247.556-0